

MÍSTICA, DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA NOS PROFETAS

Luiz Alexandre Solano Rossi*

Introdução

Há um trecho do poema de Brecht que sempre me chamou a atenção: “Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”.

Mas, ao contrário do poema acima, quando estamos envolvidos em alguma situação de profunda decepção, a vontade que assume o controle de nossas vidas é, justamente, aquela de “entregar os pontos”, de se deixar abater e, por fim, desistir. Tudo passa a ser considerado muito natural e, portanto, impossível de ser alterado.

Vivemos situação semelhante, por exemplo, em relação à política. Quantas e quantas vezes já nos decepcionamos com a maneira de se fazer política em nosso país. Quantas e quantas vezes os políticos que receberam nossos votos confundiram – eterna confusão – o público com o privado e, conseqüentemente, esqueceram de vivenciar a política como uma ferramenta de construção do bem comum.

Por muito tempo pensei que os sonhos de minha adolescência eram indestrutíveis. Vários desses sonhos se relacionavam com o mundo da política e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Da adolescência à vida adulta a percepção da vida e da sociedade foram se alterando. A sociedade sonhada e idealizada da adolescência teimava em não se concretizar. Às vezes pensava que o problema estava em meus sonhos. Talvez nunca devesse tê-los sonhado. Afinal, o cotidiano representava exatamente o contrário daquilo que estava registrado em minha mente. Pensei em deixar de sonhar. Parar de sonhar? Essa não é a melhor saída. Afinal, aqueles que não sonham deixam que suas mentes sejam povoadas pelos sonhos de outras pessoas. A partir daquele momento percebi que precisava alimentar meus sonhos com novo alimento e fui procurar esse alimento na maneira do profeta Jeremias viver sua espiritualidade.

Jeremias, muito mais do que todos nós, tinha todas as prerrogativas possíveis para deixar de sonhar com a melhora da vida política presente no dia-a-dia de seu povo. Para onde quer que ele olhasse a situação era completamente desoladora. Vou dar alguns exemplos das dificuldades do povo de Deus no Antigo Testamento:

* Pós-doutor em História Antiga e em Teologia. É professor na UNIFAMMA (Maringá).

A (falta) de administração da **justiça**: “Ai de vocês que decretam lei injustas, leis para explorar o povo. Vocês não defendem o direito dos pobres, nem a causa dos necessitados e exploram as viúvas e os órfãos” (Is 10,1-2).

O **comércio fraudulento**: “Assim como a gaiola está cheia de pássaros, também a casa deles está cheia de coisas roubadas. É por isso que são poderosos e ricos e estão gordos e bem alimentados. A maldade deles não tem limites; não defendem a causa dos órfãos, nem se importam com os direitos dos pobres (Jr 5,27-28).

A **escravidão**: “O Senhor falou de novo comigo depois que Sedecias fez um acordo com os moradores de Jerusalém para darem liberdade aos seus escravos. Cada um devia pôr em liberdade os seus escravos hebreus, tanto homens quanto mulheres, para que assim nenhum hebreu tivesse como escravo uma pessoa da sua raça. E todo o povo e as autoridades concordaram em libertar os seus escravos, prometendo nunca mais escravizá-los. Eles libertaram os escravos, mas depois mudaram de idéia, e os fizeram voltar, e os obrigaram a se tornarem escravos de novo” (Jr 34,8-11).

O **latifundiário**: “Ai de vocês que comprem casas e mais casas, que se tornam donos de mais e mais terrenos! Daqui a pouco não haverá mais lugar para os outros morarem, e vocês serão os únicos moradores do país. Ouvi o Senhor Todo-Poderoso dizer isto: As grandes e belas mansões serão destruídas, e ninguém ficará morando nelas. Um alqueire de parreiras dará somente uns vinte litros de vinho, e cem quilos de semente produzirão somente dez quilos de trigo” (Is 5,8-10).

O **salário**: “Ai daquele que constrói a sua casa com injustiça e desonestidade, não pagando os salários dos seus vizinhos e fazendo com que trabalhem de graça. Ai daquele que diz: “Vou construir uma casa bem grande, com quartos espaçosos no andar de cima!” Então ele põe janelas na casa, forra as paredes com cedro e pinta de vermelho. Será que você é rei só porque constrói casas forradas de cedro melhores do que as dos outros?” (Jr 22,13-15).

O **luxo e a riqueza**: “Naquele dia, o Senhor tirará das mulheres de Jerusalém todos os seus enfeites: os que elas usam nos tornozelos e na cabeça, os colares, os brincos e as pulseiras. Tirará os véus, os chapéus e os enfeites para os braços e os cintos e faixas. Tirará os frascos de perfume, os talismãs, os anéis e as argolas de usar no nariz; os vestidos luxuosos, os mantos, os xales e as bolsas; as saias transparentes, os lenços de linho, os turbantes e as mantilhas. Em vez de andarem perfumadas, elas vão cheirar mal; em vez de cintos finos, usarão cordas grosseiras. Não farão penteados bonitos, mas ficarão carecas. Não usarão roupas finas, mas roupas feitas de pano grosseiro. A beleza delas vai virar uma feiúra de dar vergonha!” (Is 3,18-24).

Tributos e impostos: “Perto de qualquer altar pagão, eles se assentam sobre as roupas que receberam como garantia de pagamento de dívidas e comem dos sacrifícios oferecidos aos ídolos. Para comprar o vinho que bebem no templo do deus deles, usam o dinheiro que receberam de mulyas injustas. (...) Vocês exploram os pobres e cobram impostos injustos das suas colheitas...” (Am 2,8; 5,11).

Roubo: “Contra as autoridades e os líderes, ele fará esta acusação: Foram vocês que acabaram com Israel, a minha plantação de uvas! As suas casas estão cheias de

coisas que vocês roubaram dos pobres! Com que direito vocês esmagam e exploram os pobres?” (Is 3,14-15)

Assassinato: “As roupas de vocês estão manchadas com o sangue de pobres e inocentes que nunca assaltaram as suas casas” (Jr 2,34).

Garantias e empréstimos: “...e não explora, nem rouba ninguém. Ele devolve aquilo que lhe foi dado como garantia de empréstimo. Dá comida a quem tem fome e roupa a quem está nu. Ele se recusa a fazer o mal e não empresta dinheiro a juros altos...” (Ez 18,16-17).

Todas as situações apresentadas acima parecem ser endêmicas à maior parte das sociedades humanas sem instituições políticas e sociais fortes – seja no passado quanto no presente. Quando olhamos em direção a Israel e Judá podemos observar que eram, essencialmente, partes de uma comunidade nacional muito jovem e, conseqüentemente, não possuíam tradições profundas e compromissos bem estabelecidos para efetivar tanto as instituições sociais da lei quanto a estabilidade econômica. Em razão disso, é possível supor que o avanço do imperialismo mesopotâmico – vivenciado por Jeremias – piorou ainda mais a já vulnerável situação desoladora que o povo vivia.

Não tenho dúvidas de que Jeremias é o mais pertinente dos profetas de Israel para o nosso tempo e lugar. Se fizermos um pouco de exercício hermenêutico até mesmo poderíamos ouvir sua voz crítica, mas também carregada de esperança tocando as grandes questões que nos incomodam em nosso cotidiano. Mas precisamos observar que a espiritualidade profética era viver a fé numa perspectiva crítica e construtiva em relação às estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, é necessário fugir do sentido coloquial que percebe o profetismo como sinônimo de “alguém que prevê o futuro”. Ao contrário, os olhos dos profetas – e sua atenção – não estão colocados no futuro, mas sim no presente e, a partir do presente, procuram compreender com lucidez os mecanismos escondidos dos fatos, conseguem ver através das aparências e interpretam a realidade do jeito que ela se apresenta. Podemos dizer que a partir da espiritualidade o profeta é, acima de tudo, um intérprete da realidade, ou seja, um hermeneuta do cotidiano.

A época que acompanha a vida do profeta Jeremias é muito abrangente e toda ela permeada de conotação política. Poderíamos esquematizá-la segundo os reis e seus reinados, da seguinte maneira: Josias, Joacaz, Joaquim, Joaquin e Sedecias. Em todas essas épocas a política passava pelo crivo da palavra libertadora de Deus anunciada e vivida por Jeremias.

Do ponto de vista da fé israelita, Josias foi um dos poucos reis que mereceu aprovação divina. Aproveitando-se da decadência da Assíria, ele fez uma ampla reforma religiosa. Todavia, por causa de uma infeliz visão política, acabou falecendo em pleno campo de batalha no ano de 609 aC, ao tentar impedir a passagem das tropas egípcias, que agora defendiam a Assíria agonizante contra as poderosas forças aliadas de medos e babilônios. Por quatro anos o Egito ainda voltaria a dominar o cenário político da região. Joacaz assumiu em lugar de Josias permanecendo apenas 3 meses na posição de rei; foi preso e substituído por um outro filho de Josias, chamado Joaquim (609-598). Nessa

época a Babilônia apresentava-se como a potência máxima em toda a região: infringiu uma derrota ao Egito em Carquemis (605) assumindo, com isso, a dominação sobre Judá. O rei Joaquim ainda tentou resistir, mas morreu sem ver as conseqüências de sua terrível política; dessa forma seu filho Jeconias (598) assumiu o reinado, mas depois de apenas três meses precisou se render e foi exilado, juntamente com altos oficiais e outros importantes personagens de Judá, na Babilônia (597 aC, a primeira deportação). A política externa da Babilônia até permitia que Judá continuasse existindo como nação sob o governo de Sedecias, que havia sido instalado por Nabucodonosor, para reinar em Jerusalém. Observa-se que num primeiro momento o rei Sedecias aceitou se submeter aos babilônios, mas posteriormente, pressionado por seus oficiais, tentou armar uma nova rebelião. Tais gestos vão precipitar o desastre final: após 18 meses de sítio, apenas 22 anos depois da morte de Josias, Jerusalém foi conquistada, seus muros foram destruídos e o Templo arrasado. Em 587 aC, acontecia a segunda deportação.

Jeremias: traços de um profeta com os pés no chão

Jeremias nasceu ao redor do ano 645 antes de Cristo, em Anatot, um pequeno povoado próximo da cidade de Jerusalém. O pai se chamava Helcias, mas não sabemos nada a respeito de sua mãe. Jeremias era de família sacerdotal. Há uma possibilidade de que um dos ancestrais de Jeremias fosse o sumo sacerdote Abiatar. Ele foi sacerdote no tempo do rei Davi, quase 400 anos antes. Na vida desse sacerdote encontramos um fato marcante: ele e mais alguns líderes foram contra a candidatura de Salomão ao governo. Após a vitória de Salomão aconteceu uma feroz vingança contra aqueles que lhe eram contrários, eliminando a todos. Entretanto, não tendo coragem de matar o sacerdote, cassou os direitos dele e o exilou em Anatot. Um dos maiores problemas de Jeremias encontrava-se, justamente, nos integrantes do clero do Templo. Este clero era dirigido por membros da casa de Sadoc. E Jeremias provavelmente estava ligado ao rival de Sadoc, Abiatar!

Jeremias tinha ao redor de dezoito anos quando, em 627 aC, recebeu sua vocação. Ele não era um homem da capital, era um jovem agricultor. Em suas imagens é possível observar a influência do ambiente rural: observa os costumes dos animais (8,7); inquieta-se com as conseqüências de uma seca (14,4); interessa-se pela vinha (8,13).

Pode-se dizer que Jeremias pertencia à esfera de influência dos sacerdotes resistentes de Anatot e, como benjaminita, estava muito próximo às tradições proféticas das tribos do Norte e, por isso, criticava as injustiças da monarquia contra o mundo dos camponeses, que era o seu próprio mundo. Ele era conhecedor de suas tradições e entre elas deve-se destacar a tradição do êxodo libertador. Anatot era uma cidade levita do território de Benjamim. A tradição dos levitas era zelar pela causa de Javé e manter viva no meio do povo a fé em Javé.

A leitura de Jeremias e dos profetas nos reservam algumas surpresas agradáveis. Uma delas é a seguinte: a clara percepção de que a palavra de Deus é recebida pelo profeta a partir de dentro da história. Essa percepção aponta para o caráter histórico e dinâmica da palavra de Javé, isto é, a palavra de Javé acontece na história, no dia-a-dia de homens e de mulheres.

A percepção de Jeremias é fundamental para entender sua vida, ministério e vocação. Uma compreensão de que Javé lhe fala a partir de dentro da história leva-o a construir uma espiritualidade que não o deixa se alienar ou fugir da história, mas sim a viver intensa e profundamente o papel que Javé lhe concedeu que vivesse.

A espiritualidade de Jeremias tem o poder de nos retirar da passividade e nos desacomodar a fim de nos levar a olhar com outros e melhores olhos para a nossa própria espiritualidade no mundo em que vivemos. A espiritualidade que emana de suas palavras nos leva a pensar que em cada um de nós arde a alma de um profeta e, por isso, não podemos deixar de sonhar com uma sociedade inclusiva. Para facilitar a compreensão do nosso tema abordarei tão-somente uma das percepções políticas de Jeremias, entre tantas possíveis, e a maneira como ele em meio às turbulências do cotidiano age como filho de Deus a partir de sua espiritualidade.

Espiritualidade também tem relação com a procura da justiça e do direito

A espiritualidade de Jeremias é profunda e totalmente comprometida com o seu cotidiano; é, na verdade, uma fé que exige compromisso não só com Deus, mas também com a realidade. É possível dizer que a espiritualidade profética é forjada no calor da hora e que, por isso, está à procura de respostas. Uma espiritualidade bem diferente da enorme quantidade de ofertas de caminhos espirituais e místicos de caráter individualista e imediatista que encontramos atualmente.

Conseqüentemente, a prática da justiça é a exigência básica que percorre o livro de Jeremias do começo ao fim; a denúncia social em seu discurso é fundamental e inquietante: *não há leis! não há limites!* São os clamores que procedem do cotidiano profético. Buscar a Javé em Jeremias não significava visitá-lo informalmente no Templo, mas sim encontrá-lo na prática da justiça e do direito nas ruas da cidade. Seria no espaço público que a justiça e o direito se encontrariam e se beijariam. Jeremias não abre mão de dar um tratamento mais profundo do compromisso da monarquia com a justiça. A importância da exortação de Jeremias insistindo na defesa das pessoas mais fracas e acrescentando a proibição de derramar sangue inocente é essencial para entendermos a maior novidade de seu discurso, ou seja, a promessa de continuidade da dinastia davídica. Jeremias não apresentava uma promessa incondicional, mas sim uma promessa condicionada à prática da justiça. Contudo, ao contrário de Jeremias, a população de Judá estava plenamente convencida que a presença entre eles de um rei da casa real de Davi era um sinal seguro do favor e da proteção de Deus. Mais de três séculos de história pareciam provar esta crença, especialmente quando contrastada com o destino das curtas dinastias do reino do Norte. Contudo, Jeremias expõe essa perigosa falácia. Para ele, uma fé que tinha como seu objeto uma pessoa ou instituição e não o próprio Deus era incompleta e inadequada. Um rei que era indulgente na opressão e que abusava dos privilégios de sua posição não podia esperar receber a bênção e a proteção divina.

Pode-se dizer que estamos de fato diante do coração da teologia política de Jeremias: o reinado davídico não era essencial para a eleição divina de Israel. Na verdade,

esse mesmo reinado podia se tornar um obstáculo ao correto relacionamento entre o povo e Deus.

“Você dirá ao palácio do rei de Judá: escute a palavra de Javé. Casa de Davi, assim diz Javé: Vocês, de manhã, administrem a justiça e libertem o oprimido da mão do opressor. Se não, a minha ira devorará como fogo; ela se acenderá, e ninguém poderá apagá-la, por causa de todo o mal que vocês praticam. Eu estou chegando, Moradora do vale, Rochedo da planície – oráculo de Javé. Vocês dizem: ‘Quem poderá vir para nos atacar? Quem entrará em nossas casas?’ Eu castigarei vocês conforme o fruto de suas ações – oráculo de Javé. Porei fogo na floresta de vocês e ele devorará tudo em volta. Assim diz Javé: Desça ao palácio do rei de Judá. Chegando aí, diga o seguinte: Rei de Judá, você que está sentado no trono de Davi, escute a palavra de Javé. Que seus funcionários também escutem, como todo o povo que costuma entrar por estas portas. Assim diz Javé: Pratiquem o direito e a justiça. Libertem o oprimido da mão do opressor; não tratem com violência, nem oprimam o imigrante, o órfão e a viúva; e não derramem sangue inocente neste lugar. Se vocês obedecerem de verdade a esta ordem, os reis que se sentam no trono de Davi, e também os seus funcionários e todo o seu pessoal, continuarão entrando pelas portas deste palácio, montados em carros e cavalos. Mas se vocês desobedecerem a estas palavras, eu juro por mim mesmo – oráculo de Javé – que este palácio se transformará em ruína” (Jr 21,11–22,5). “Ai daquele que constrói a sua casa sem justiça e seus aposentos sem direito, que faz o próximo trabalhar por nada, sem dar-lhe o pagamento, e que diz: “Vou construir uma casa grande, com imensos aposentos”. E faz janelas, recobre a casa com cedro e a pinta de vermelho. Você pensa que é rei porque tem mais cedro que os outros? O seu pai não comeu e não bebeu? Pois ele fez o que é justo e o que é direito, e no seu tempo tudo correu bem para ele. Ele julgava com justiça a causa do pobre e do indigente; e tudo corria bem para ele! Isto não é conhecer-me? – oráculo de Javé. Mas você não vê outra coisa e não pensa a não ser no lucro, em derramar sangue inocente e em praticar a opressão e a violência” (Jr 22,13-17).

A tarefa primordial do rei é a administração da justiça a partir do seu palácio. De fato, o palácio deveria ser o local de irradiação do direito e da justiça, contudo acabou se transformando numa fonte inesgotável de injustiça e de opressão. A justiça em relação àqueles que não conseguem fazer valer os seus direitos deve ser considerada imprescindível. Afinal, as leis serviam para proteger o povo contra as extorsões dos poderosos, prevenir contra a corrupção dos juízes e ainda amenizar a sorte das categorias desfavorecidas. Assim sendo, a ação preferencial da realeza deveria acontecer na defesa dos oprimidos e não para fomentar a injustiça. E o texto bíblico procura ser metódico na defesa dos enfraquecidos: a defesa precisa acontecer de manhã! Por quê? Exatamente porque é pela manhã que os pobres comparecem ao tribunal público levando as suas causas (cf. 2Sm 15,2-4). A administração da justiça foi um tema freqüente nos profetas anteriores. Dela dependia em grande parte a existência da sociedade. Mas, até então, só encontramos exortações dirigidas a alguns grupos específicos, entre eles, os juízes, as autoridades, os chefes de Israel e de Judá e os sacerdotes. Todos esses eram

responsáveis pela administração da justiça. Porém, o rei, como o responsável último, não era mencionado. Mas Jeremias muda essa situação e mostra que é de fato o rei que deve servir de intermediário entre o povo e Deus, administrando a justiça e o direito.

Mas ao invés de solidariedade em relação aos pobres o que se pode observar é a mais pura e nociva presunção dos que moram na cidade: “quem pode vir nos atacar? Quem poderá entrar em nossas casas?” Jerusalém sente-se inexpugnável e, por isso, não tem medo. E não tendo medo pode continuar com seus atos de opressão sem qualquer tipo de preocupação. Mas Javé está atento: o desrespeito pelos mais pobres pode implicar em ruína dos mais ricos causadores da opressão. Para a teologia bíblica a continuidade da vida depende da construção ou não de relações profundamente humanas e afetivas com aqueles que são transformados em objetos! Há no ar uma percepção de que a humanidade não pode e não deve ser reduzida a um único indivíduo e que, portanto, a linha limite que impedem a construção de uma sociedade planetária e cidadã, devem ser alteradas. Para isso é fundamental entender que só podem existir basicamente dois relacionamentos fundamentais entre uma pessoa e outra entidade individual.

O primeiro relacionamento poderia chamar de *eu-coisa*. É uma forma de relacionar algo como uma coisa, ou objeto, cujo valor é extrínseco ou instrumental. Quando se encontra em uma relação desse tipo com algo, valoriza-o apenas na medida em que este serve aos seus propósitos. Seria o caso de um relacionamento com um copo, cujo único valor consiste em sua capacidade de conter a água que se está bebendo e de levar essa água de uma forma eficiente até a sua boca.

O segundo relacionamento poderia chamar de *eu-tu*. É a atitude fundamental que um ser humano deveria tomar sempre para o outro, um relacionamento de respeito na qual o outro indivíduo é visto como tendo valor intrínseco, valor em e por si, independentemente de poder gerar qualquer outro valor para você. É uma postura de respeito e de dignidade. A negligência para com o que é genuinamente humano é o principal motivo pelo qual tantas pessoas na sociedade sentem-se mais vítimas do que beneficiárias dos avanços do progresso científico-tecnológico e econômico. Talvez seja necessário perceber que a deterioração da percepção do outro produz, conseqüente e inevitavelmente, uma negação ontológica que desemboca na violência. E esta negação descreve-se no fato de que o ente, sem desaparecer, se encontra em meu poder. Ora, toda negação – ainda que mesmo parcial – é desumana. Nega a independência do outro; torna-o dependente de mim. E, para Jeremias, nenhuma outra alternativa é possível: somente a prática da justiça e do direito poderá sustentar o trono. Sem a prática da justiça e do direito o palácio se transformará em um luxo-lixo inútil e perigoso.

Solidariedade como prática política

E qual seria o princípio da solidariedade? Justamente a prática do direito e da justiça. O texto inicialmente fala de modo genérico dos que sofrem a opressão e depois os discrimina. Genericamente são os oprimidos que assumem o rosto do imigrante, do órfão e da viúva. Basta lembrar por enquanto que o profeta não está dizendo nada de novo. Ele simples e insistentemente invoca a legislação que protege os inocentes: “Não maltrate a viúva nem o órfão, porque, se você os maltratar e eles clamarem a

mim, eu escutarei o clamor deles” (Ex 22,21-22); “Não distorça o direito do estrangeiro e do órfão, nem tome como penhor a roupa da viúva” (Dt 24,17). Contra eles há modos diferentes de agir opressivamente. O texto cita pelo menos três: “mão do opressor”, “tratar com violência” e “derramar sangue inocente”. O espaço do palácio é privilegiador de grupos que dão sustentação ao projeto real; o palácio é um espaço privado por excelência e, conseqüentemente, marginalizador dos grupos sociais minoritários. Aos que pertencem ao espaço privado – rei, funcionários e os que costumam frequentar o local – são contrapostos os habitantes do espaço público – ou seja – o imigrante, o órfão e a viúva.

Jeremias faz uma descrição corajosa do rei Joaquim. O país encontra-se sob o domínio do Egito. O faraó impôs pesado tributo sobre Judá. Em 2Rs 23,33 temos uma dimensão do tributo cobrado: “O faraó impôs ao país um tributo de três toneladas e meia de prata e trinta e quatro quilos de ouro”. E para ser “fiel” ao conquistador o rei Joaquim “para pagar a quantia exigida pelo faraó, teve que criar impostos no país” (2Rs 23,35). Ou seja, o rei repassou a dívida para o povo, gerando uma exploração ainda maior. A corrupção andava solta. Mesmo nessa situação o rei achava normal construir seu luxuoso palácio enquanto o povo passava fome. A descrição do texto bíblico não deixa lugar para dúvidas: apesar da falta de dinheiro por causa do tributo, o rei gastou uma verdadeira fortuna na construção de um palácio de uso privado! Uma lógica perversa começa a ser construída. Uma inversão que até hoje, numa sociedade consumista, consagra o ter e degrada o ser. Joaquim está contrariando o que diz Deuteronômio 44,14-15: “Não explore um assalariado pobre e necessitado, seja ele um de seus irmãos ou imigrante que vive em sua terra, em sua cidade. Pague-lhe o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e a sua vida depende disso. Assim, ele não clamará a Javé contra você, e em você não haverá pecado”. O que se pede é que as relações sociais sejam baseadas na fraternidade e na solidariedade, e não na instrumentalização do outro, como fonte de lucro.

A fim de que nada se extravie nessa descrição, o profeta compara Joaquim ao seu pai, Josias. É na prática de cada um deles que encontramos a diferença básica. Em Josias encontramos um rei que através do seu governo procurava reformar a vida da nação. Mas em Joaquim, o próprio governo se transformou num centro de opressão, corrupção e de violência. É a própria concepção da realeza que está em jogo. Joaquim não somente infringe uma lei do Deuteronômio, mas falta com a sua obrigação de rei ao deixar a justiça e o direito distante de sua prática real. Que significa o próximo na vida do rei Joaquim? Absolutamente nada! O próximo é reduzido a mão-de-obra e a objeto de opressão. Ao reduzir o ser humano a menos do que ele é, o rei Joaquim sinaliza que ele mesmo já se desumanizou. Ao negar para o outro uma visão enriquecedora do ser humano, ele mesmo se identifica como o protagonista da antívida.

Espiritualidade e ação política

Joaquim vive na prática da injustiça e essa situação impede que ele conheça a Javé. Que significa conhecer a Javé? O texto não deixa dúvidas: é reconhecer suas exigências éticas. Mas como poderia Joaquim viver a partir de um padrão ético se o seu

coração estava totalmente entregue ao lucro? Se para atingir o lucro era capaz de fazer uso da violência e de assassinar o próprio povo? Os olhos e coração de Joaquim estavam transbordando de práticas injustas de uma tal maneira, que não há espaço para o cultivo da justiça e do direito. Quando há ausência de justiça e do direito multiplicam-se toda sorte de injustiças. Triste a situação do rei Joaquim: o dinheiro é o seu deus e, por isso, é incapaz de reconhecer o Deus verdadeiro, que não tolera qualquer tipo de adversário! Na morte de Joaquim não se fará uso das lamentações normais (1Rs 13,30), e ele também não terá um funeral real (2Rs 24,6). Ao contrário, ele será jogado sem cerimônia num monte de lixo, assim como jumentos mortos eram arrastados para fora da cidade e deixados apodrecer. A veemência do ataque de Jeremias ao rei Joaquim permanece uma das mais incisivas condenações a um governador, encontrada nas páginas da Bíblia. Triste destino para aquele que fazia do luxo seu principal objetivo. Triste fim, *do luxo para o lixo!*

Mas, como viver a espiritualidade e, ao mesmo tempo, desviar os olhares da realidade que se apresenta de forma precária? Seria possível “ser espiritual” e, simultaneamente, e negar os conflitos e contradições políticas, sociais e econômicas das nossas cidades, do nosso país ou ainda da sociedade global? Jeremias, a partir de sua experiência, diria um peremptório “não”.

Portanto, não há como negar a atualidade dos textos de Jeremias e dizer que tanto sua mensagem quanto seu exemplo, são impactantes para nós cristãos. Muitas vezes pensamos erradamente que a espiritualidade é algo a ser cultivado apenas e tão-somente interiormente. O exemplo de Jeremias caminha em outra direção: a espiritualidade acontece preferencialmente no encontro com a vida e, sem sombra de dúvida, na defesa da vida. “Conhecer a Deus” é a fonte na qual aprendemos a ser éticos e através da qual irrigamos, a partir do nosso comportamento e participação, a sociedade em que vivemos. Nesse sentido, espiritualidade não é isolamento e a participação política do cristão uma excelente oportunidade de testemunho espiritual.

Certamente que a espiritualidade de Jeremias não poderia ser tutelada e muito menos viver como refém dos muitos estilos de “espiritualidade” que se adaptam ao sistema neoliberal. Estilos que não exigem nada do fiel e que o conduz a nenhum compromisso de vida. Nesse ambiente em que a “salvação vem pelo mercado” a fé é reduzida a mera experiência do momento, sem qualquer possibilidade para se pensar (e viver) na dimensão fundamental do compromisso.

Bibliografia

AUNEAU, J. “Jeremias” in VV.AA. *Os profetas e os livros proféticos*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 1980.

CLEMENTS, R.E. *Jeremiah*. Atlanta: John Knox Press, 1988.

GOLDINGAY, J. “Justice and Salvation for Israel and Canaan” in: ELLENS, Kim W. FLOYD, M. (eds.). *Reading the Hebrew Bible for a New Millennium*, Harrisburg: Trinity Press International, 2000.

EPZZTEIN, L. *A justiça social no Antigo Oriente Próximo e o povo da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1990.

SCHÖKEL, L.A. & DIAZ, J.L.S. *Profetas I*. São Paulo: Paulinas, 1988.

SICRE, J.L. *A justiça social nos profetas*. São Paulo, Paulinas: 1990.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Como ler o livro de Jeremias*. São Paulo, Paulus: 2002.

Luiz Alexandre Solano Rossi
Rua Eurico Batista de Oliveira, 88
87053-336 Maringá/PR
Email: luizalexandreroSSI@yahoo.com.br
Site: www.luizalexandreroSSI.com.br